

6. Alfabetização e letramento

“A lógica é a ética do entendimento.”
Charles Peirce

Aviso aos navegantes: somente no Brasil algumas pessoas ainda confundem os conceitos de alfabetização e letramento. Mesmo no Brasil, essa confusão se dá essencialmente quando falam de alfabetização de crianças. Ninguém fala em letramento de adultos. As pessoas falam em alfabetização de adultos para se referir às competências de ler e escrever. E ninguém que eu conheça nega que é preciso ser mais do que alfabetizado para compreender a maioria dos textos impressos. Mas isso é outra coisa: lé com lé, cré com cré, como dizia Sancho Pança.

O termo alfabetização tornou-se problemático entre os pedagogos brasileiros. Parece até que virou palavrão. A alfabetização é o primo pobre; o letramento, o primo rico. De onde vem a confusão? Há algo de errado com o termo alfabetização ou com o termo letramento? Onde descarrilhou o trem?

A resposta simples é a que se repete em todos os capítulos deste livro. Ela decorre da confusão inicial entre o objetivo e o processo da alfabetização. Mas o assunto merece uma resposta mais elaborada, pois aqui entra uma confusão adicional sobre texto e contexto.

Começemos com a alfabetização funcional. Basicamente, o termo implica duas coisas. Primeiro: a alfabetização não basta – tanto que precisa de um adjetivo. Segundo: “funcional” define o tipo de texto que o aluno deve ser capaz de ler e escrever – textos adequados ao seu cotidiano. Esses requisitos mudam com o tempo. Antes, a pessoa aprendia a assinar o nome para poder casar ou votar; hoje, o IBGE entende que é preciso ser capaz de ler e escrever um bilhete com compreensão, e o Instituto Montenegro avalia a capacidade de compreender anúncios e outros textos do dia-a-dia. Este é o ponto de chegada; ninguém do ramo propõe usar esse tipo de texto como ponto de partida para alfabetizar.

Um conceito mais científico de alfabetização funcional seria a capacidade de ler com compreensão cem palavras por minuto. Nesse caso, o termo “funcional” refere-se à capacidade do cérebro para processar a informação de forma adequada, com compreensão.

Paulo Freire, em *A Pedagogia do Oprimido*, explicou bem a distinção entre o objetivo e o processo da alfabetização. E mais: propôs um interessante elo entre os dois. Na sua proposta, a palavra geradora é o elo de ligação entre essas duas vertentes. A escolha e discussão da palavra-chave, ou palavra geradora, leva à leitura do mundo, à reflexão crítica sobre a realidade. Esta é uma atividade oral – não há texto, há um contexto. A análise da palavra geradora, no restante da aula, leva à leitura do texto, à decodificação da palavra. Ele não usa o termo alfabetização funcional, pois queria muito mais do que isso, nem o termo letramento, que ainda não era utilizado na década de 60. Para ele, o ponto de partida e de chegada da alfabetização é a leitura do mundo. Mas o progresso na leitura do mundo se faz, em parte, pela leitura dos livros. No Capítulo 24 voltaremos a falar de Paulo Freire.

Magda Soares, em seu livro *Letramento – um tema em três gêneros*, também distingue com clareza os dois conceitos: “ter se apropriado da escrita é diferente de ter aprendido a ler e escrever. Aprender a ler e

escrever significa adquirir uma tecnologia, a de codificar em língua escrita e de decodificar a língua escrita; apropriar-se da escrita é tornar a escrita ‘própria’, ou seja, é assumi-la como sua ‘propriedade’. (...) Alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e escrita.” (pp. 39-40) Em nenhum momento a autora afirma que alfabetização e letramento sejam a mesma coisa, ou que uma se confunda ou substitua a outra.

Agora vejamos a confusão que se instalou em torno da questão do letramento, particularmente a partir dos PCNs e documentos dele derivados. Em outros países, sobretudo de língua inglesa, problemas semelhantes ocorreram com o chamado movimento do *Whole Language*. Em ambos os casos, a idéia é que a alfabetização se pode ocorrer a partir de textos chamados “autênticos”, ou textos reais. A lógica é a seguinte: o objetivo da alfabetização é a leitura de textos usados nas práticas sociais; logo, a alfabetização se pode ocorrer com o uso de textos “autênticos, reais ou usados nas práticas sociais”.

Essa afirmação padece de inúmeros problemas, e é necessário compreendê-los. O primeiro e mais importante é um erro de lógica. A inferência (“logo, a alfabetização..”) não se segue da premissa. Este é um erro de lógica chamado sofisma. Outro erro de lógica associado a esse tipo de afirmação é incluir o advérbio “só” como restrição aos tipos de texto que podem ser utilizados.

Também há problemas de ordem conceitual: o que é um texto e o que é um texto autêntico ou real. Um texto – ensina o Aurélio – é um conjunto de palavras, de frases escritas. A rigor, uma frase pode ter uma só palavra ou exclamação, e ainda assim constituir um texto. Um texto autêntico ou real, no sentido utilizado nos PCNs, é um texto utilizado nas práticas sociais. Isso, portanto, comporta uma ampla variedade de textos, inclusive textos didáticos, ou seja, textos elaborados, artificiais, construídos com uma finalidade didática. Uma poesia estruturalista, um acróstico ou um manual de instruções não são textos irreais porque foram construídos artificialmente, em função de restrições determinadas pela natureza do gênero ou de seu objeto. Dizer que textos didáticos não são reais é acrescentar um qualificativo à noção de textos que distorce a própria definição. Descartar a possibilidade de seu uso é excluir a escola e suas práticas do conjunto de práticas sociais significativas.

Reconhecer a relação entre alfabetização e letramento não autoriza concluir que alfabetização e letramento são processos *indissociáveis*, *simultâneos* e *interdependentes*. Adiante aduziremos argumentos de ordem científica; no momento, limitamo-nos aos argumentos conceituais. O termo *interdependente* faz sentido na medida em que aponta para a interação entre dois fatores distintos, separados: o letramento ajuda a alfabetização e vice-versa. Mas exatamente o fato de serem distintos e separados exclui a possibilidade do termo *indissociável*. Este conceito não se sustenta, já que o letramento ocorre antes e continua depois do processo de alfabetização. Quando uma criança se familiariza com livros, no colo dos pais, está iniciando seu processo de letramento, mas não está se alfabetizando. O termo *simultâneo* também não se aplica, se por ele se entende que as duas atividades são concomitantes, que tenham que ocorrer ao mesmo tempo: a impossibilidade dessa ocorrência se dá por razões de ordem científica, relativas às limitações da memória de curto prazo, mencionadas anteriormente e discutidas adiante.

Além disso, surgem inúmeros problemas de ordem científica quando se confronta esse tipo de afirmação com as evidências científicas disponíveis.

Em primeiro lugar, um texto é mais adequado à tarefa de decodificação quando maximiza a probabilidade do aluno identificar a palavra ou palavras do texto usando seus conhecimentos de decodificação. Portanto, quanto mais as palavras do texto se ajustarem à capacidade de decodificação do aluno, em cada momento do processo de alfabetização, maior a chance de aprendizagem. Se esse texto é preexistente ou foi elaborado para esse fim é questão secundária. O fundamental para assegurar o processo de alfabetização é a adequação fonética, morfológica e sintática das palavras do texto à situação da aprendizagem. Quem confunde alfabetização com letramento terá dificuldade em compreender as afirmações contidas neste parágrafo.

Em segundo lugar, as evidências sobre memória de curto prazo sugerem que a capacidade de compreensão de um texto a partir de sua leitura depende de um nível mínimo de fluência. Antes de atingir esse nível, o aluno ainda não consegue fazer uma leitura que lhe permita compreender o que lê. Portanto, ensinar a ler para compreender e para decodificar ao mesmo tempo é uma tarefa impossível do ponto de vista cognitivo.

Em terceiro lugar, o desenvolvimento da fluência requer que o aluno seja capaz de identificar automaticamente as palavras com um máximo de 5% de erros. Isso significa que a escolha de textos para desenvolver essa competência deve ser judiciosa e comandada por critérios que conciliem as características léxicas e morfosintáticas do texto às capacidades do aluno. Os resultados favoráveis decorrentes do uso abundante de textos controlados e decodificáveis reforçam a importância da escolha judiciosa de textos para ensinar a ler. Quem confunde alfabetização com letramento também tem dificuldade de lidar com as questões relacionadas ao desenvolvimento da fluência.

Em quarto lugar, a evidência empírica mostra a superioridade de programas de alfabetização que usam palavras ou textos a partir de critérios morfosintáticos, em comparação com programas de alfabetização que se baseiam *apenas* ou fundamentalmente em “textos autênticos”. A evidência é impressionante: em todos os casos, os primeiros produzem melhores resultados; porém, com alunos de nível socioeconômico menos favorecido, os resultados são ainda melhores.

Em quinto lugar, a evidência empírica é cristalina no que diz respeito às relações entre competência de decodificação e de compreensão. Os alunos alfabetizados que melhor compreendem textos também são os melhores decodificadores (com exceção dos portadores de dislexia). Porém, os melhores decodificadores não são necessariamente os que melhor compreendem. Ou seja: quem lê bem sabe decodificar bem, mas decodificar não basta para ler bem. Da mesma forma que ensinar a decodificar não substitui ou esgota o objetivo da alfabetização, ensinar a compreensão não substitui a necessidade de ensinar a decodificar.

Alfabetização e letramento são duas importantes dimensões do processo educacional e do ensino da leitura escrita. Elas são dimensões separadas, mas interdependentes. O letramento antecede, acompanha e sucede a alfabetização. A alfabetização é essencial para que o indivíduo possa se tornar um leitor autônomo, e requer métodos e materiais próprios que maximizem o reconhecimento das palavras escritas.

A superação do fracasso escolar não se faz com palavras de ordem ou com uma retórica a favor desta ou daquela abordagem, mas com argumentos sólidos do ponto de vista conceitual, lógico e científico. No estado atual do conhecimento, os argumentos pesam contra os proponentes do uso de textos autênticos como instrumentos ideais ou privilegiados para promover a alfabetização. O estado atual do conhecimento também demonstra a importância do uso abundante de livros e leitura, antes, durante e depois da alfabetização, como instrumento essencial para promover a compreensão de textos, a alfabetização funcional e o letramento.